

ANAIS DO
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E
COMÉRCIO**

VOLUME II

XXXV
Coleção da *Revista de História*
sob a direção do Professor
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil
1971

O ARQUIVO SECRETO VATICANO (*).

PE. JOSÉ AFONSO DE MORAES BUENO
PASSOS.

Professor de História Antiga e Medieval da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras de Santos.

I

Como sabemos, “Arquivos são o conjunto de documentos recebidos ou elaborados por pessoa física ou moral, pública ou privada e destinados, por sua própria natureza, a serem conservados por essa pessoa mesmo” (1).

O assim denominado “Arquivo Secreto Vaticano” é enorme complexo de documentos, nascido e acrescentado através dos tempos, por exigência das atividades do ente moral chamado “Santa Sé” e não por interesses estranhos a ela, como seriam o aspecto histórico ou cultural. O escopo primário desse repositório imenso é o de servir aquela entidade que, movida por suas precisões intrínsecas, o creara. Essa primordial finalidade não exclui, mas plenamente admite outros fins secundários, que podem ser de grande monta. Entre êles excede para todo o mundo cultural, o conhecimento das fontes ali conservadas.

II

O *Liber Pontificalis* afirma que desde o fim do século I alguns papas teriam encarregado notários-subdiáconos (?) de recolherem fielmente as *gestas martyrum* (2). Ora, se é exato que algumas notí-

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 2 de setembro de 1969 (*Nota da Redação*).

(1) . — “Les archives sont l'ensemble des documents reçus ou élaborés par une personne physique ou morale, publique ou privée et destinés para leur nature à être conservés par cette personne même”, *Lexicon of archive terminology*, Amsterdam-London-New York, 1964, pág. 33, nº 90 — Publicação de um “comité” do Conseil International des Archives (C.I.A.)”. — Há muitas definições. Adotamos esta.

(2) . — Duchesne (L.), *Liber Pontificalis*, Paris, (1886-1892, 2 vols.), 1ª vol. p.C. (há uma 2ª edição, 1956).

cias fornecidas pelo *Liber* são destituídas de historicidade — e nos referimos, com a crítica especializada, ao período anterior ao ano de 496 — não o é menos o fato de que a Igreja principiou muito cedo a registrar as atas dos processos de seus mártires (3). Realmente, possuímos até hoje algumas dessas “atas” (poucas em relação ao provável número de martírios havidos), redigidas já no século II. Por vèzes são as transcrições oficiais dos processos, obtidas pelos cristãos de diversos modos, as mais das vèzes mediante pagamento aos agentes do tribunal (4).

Assim, além do arquivamento dos livros sagrados, da correspondência dos apóstolos e de seus discípulos imediatos (5), surge um depósito dos testemunhos dos mártires.

Mas, não são unicamente êsses documentos que vão constituindo o arquivo da Igreja nascente. Fundada dentro do Império Romano e colocando sua sede na capital dêle, ajuda-se muito da magnífica organização imperial, adotando terminologias, divisões territoriais, alguns métodos que já haviam provado sua eficiência no mundo romano. Quanto à conservação de documentos, alí estava diante dela opulento *tabularium* do Capitólio, erigido pelo Estado, a fim de preservar os fatos de sua atividade política, social e militar. Avaliando com perfeição a relevância dos arquivos como instrumentos de tutela dos direitos e disposições eclesiásticas, a igreja romana passa a armazenar documentos vários. Êsse, o ponto de partida para o *scrinium sanctum* de que mais tarde fala o cronista (6). Antes da paz concedida por Constantino aos cristãos, já havia assim *scriptores* — cuja tarefa era também a de copiar documentos, que depois ficavam depositados em lugar seguro — como notários eclesiásticos — cujo *munus* era, pelo menos, o de registrar batizados e doações recebidas,

(3) . — O *Liber Pontificalis*, espécie de história dos papas em forma de biografia, talvez seja de autoria de algum membro do clero de Roma que tenha iniciado sob o pontificado do papa Bonifácio II (530). A obra foi continuada depois. Seu valor é reconhecido a partir do que diz referente ao ano de 496 em diante. O que vem antes nem sempre é histórico.

(4) . — Cf. Daniel Ruiz Bueno, *Actas de los martires*, Madrid, Biblioteca de autores cristianos, 1951, pág. 136 e 139. Texto bilingüe.

(5) . — *Exemplum hoc ex Irenei discipuli Polycarpi, doctrina scripsit Gaius, qui conversatus est una cum Ireneo; ego autem haec Socrates ex Gai exemplaribus scripsi. Ego Plonius memorata exemplaria investigavi et scripsi...*, *Martyrium Polycarpi*, XVII (2-3) in Daniel Ruiz Bueno, *op. cit.*, texto latino, pág. 178.

(6) . — “Iulius... constitutum fecit ut nullus clericus causam quamlibet in publico ageret, nisi in ecclesia, et notitia quae omnibus pro fide ecclesiastica est per notarios colligeretur et omnia monumenta in ecclesia per primicerium notariorum confectio celebrareteur, sive cautiones vel extrumentaria (*sic*) au donationes vel commutationes vel traditiones aut testamena vel allegationes au manumissiones, clerici in ecclesia per scrinium sanctum celebrarentur”. Duchesne, *op. cit.*, pag. 205

embora não possamos asseverar houvesse já uma chancelaria pontificia no rigar do termo — e averbações diversas, feitas por uns e outros ou por terceiros, como é o caso dos catálogos dos *matricularii*. Trata-se de elenco de pobres, subsidiados regularmente pela Igreja. Muitas dessas relações foram destruídas, mas sabemos que tais “matrículas” eram arquivadas (7).

Sobre os “notários” não podemos dizer muito mais até Gregório I — papa de 590 a 604. Ao seu tempo, êsses oficiais se escalonavam em três categorias ou escolas — *scholae*: notários simples (*simplices notarii*), os sete notários regionais (*septem notarii regionales*) e o *praefectus scholae*, o chefe (8). Os atos notariais eram cuidadosamente conservados.

Retornando à paz de Constantino para acompanhar a história do arquivo pontifício, vemos que êle passa a ser guardado no Latrão, residência do papa (ou junto a ela) (9). Pouco após, o papa Júlio I — pontífice romano de 337 a 352 — baixa determinações, nas quais podemos observar sólida organização documentária, com seu respectivo *scrinium* (10). Com a melhor crítica histórica atual, rejeitamos, porém, a pretendida construção, por parte de Dâmaso, papa de 336 a 384, de um novo arquivo, que teria sido fundado junto à basílica de São Lourenço (11). A congêrie de documentos que a Igreja ia reunindo continuou em Latrão. O *Liber diurnus*, séculos VI-VII, traz testemunho claro:

“... hoc verum decretum... in arçivo dominae nost'ae sanctae romanae ecclesiae, scilicet in sacro Lateranensi scrinio... recondi fecimus” — “mandamos recolher êste decreto no arquivo da senhora nossa a santa igreja romana, isto é, no escrínio lateranense” (12).

O acervo de Latrão foi acrescido, com o passar dos anos e vicissitudes, com novos e variados documentos: atas e decretos de concílios e sínodos, nomeações, anais...

-
- (7). — Cf. Hertling (Ludwig), *História de la Iglesia*, Barcelona, Herder, 1961 (trad.), pág. 60; Hergenröther-Krisch, *Storia Universale della Chiesa*, Florença, Libreria editrice fiorentina, 1904 (trad.), 2º vol. págs. 145, 194, *passim*; Ruiz Bueno, *op. cit.*, págs.136-149.
- (8). — Cf. Grisar, *Historiae curiae romanae*, Breslau; vol.I, c. VI. Kirch (Conrad), *Enchiridion fontium historiae ecclesiasticae antiquae*, Barcelona, Herder, 1947, nº 1006, 3.
- (8). — Cf. Grisar, *Historiae curiae romanae*, Breslau; vol. I, c. VI; Kirch (G.B.), *Archivio Vaticano* in “Enciclopedia Cattolica”, Vaticano, vol XVII, col. 1132.
- (10). — Cf. Duchesne, *op. cit.*, I, pág. 205.
- (11). — Kúzle (Paul), *Del cosiddetto titulus archivorum di papa Damaso* in “Rivista di Storia della Chiesa in Italia”, Roma vol. VII, 1953 págs. 1-26.
- (12). — *Liber diurnus romanorum pontificum*, Viena, Th. E. Sackel, 1899, p. 89. (Há outras edições: L. Gramatica e G. Galbiati, III codice ambrosiano del *Liber diurnus romanorum pontificum*, Milano, 1923. De Hans. Förster, *Liber diurnus romanorum pontificum*, Berna Franke Verlag, 1958).

No século XI, ao menos parte dêsse *scrinium* ou *chartularium*, como era chamado, localizava-se junto ao arco de Tito — *turris chartularia iuxta Palladium*. Essa parcela referia-se ao arquivo administrativo apenas, a quanto parece (13).

Mas, desde o século VI ou VII outra secção do grande complexo documentário fôra destacada do conjunto. Testemunha o já citado *Liber diurnus* que as profissões de fé dos novos bispos eram colocadas não em Latrão mas junto ao túmulo de Pedro, na basílica que Constantino havia erguido na colina do Vaticano. Com isso, a Igreja, valorizadora de símbolos e concededora da psicologia humana, pretendia significar a união de doutrina que deveria existir entre os novos antistes e Pedro, quer dizer, o papa (14).

Para cuidar do arquivo, conservando os documentos, organizando-os e sobretudo mantê-los à disposição e fácil consulta do governo pontifício, desde os inícios aparecem autoridades, designadas para isso. Mas, só no século IX, ao menos por enquanto sabemos hoje, é que a chefia do acervo é entregue a um bispo. Nessa ocasião, arquivo e biblioteca do papa estavam unidos (15).

Que nos resta de documentos tão numerosos, que não podiam ser contidos num só local?

Devemos dizer, com tristeza, que de tôda a imensa cópia documentária datando da introdução da Igreja em Roma até ao pontificado de Inocêncio III quase nada sobrou. Guerras, motins, subtrações ocultas, mudanças e deslocamentos — a turbulência dos tempos destruiu ou fêz desaparecer quase tudo. Em grau menor, também contribuiu para essa catástrofe o material mais usado para documentos até o século XI, préponderantemente o papiro.

Dêsse primeiro período de sua longa e trabalhada história, o arquivo pontifício conserva minguido catálogo. De original mesmo, só possui o esplêndido diploma de Otão I, de 13 de fevereiro de 962, escrito em letras de ouro sôbre membrana tingida de púrpura, hoje mantido na caixa-forte, o grande cofre destinado a encerrar os docu-

(13). — Pales'ra (A.) e Ciceri (A.), *Lineamenti di architvstica ecclesiastica*, Milão, Edikon, 1965, p. 31.

(14). — ... et ut sinceritas perfecte nosrae fidei vestrae charitati manifestius clareat, praesertem nosrae professionis paginam per ill. notarium scriptam cum nosrae manus subscriptione coram omnibus relectam in confessione beati Petri apostolorum principis deposuimus tanquam inso tes'ificante de puritate conscientiae nosrae", Reinharde Elze, *Das "Sacrum Palatium Lateranense" in 10 und 11 Jahrhundert* in "Studi gregoriani", Roma, Signorelli, 1952, vol. IV, pág. 24 apud Palestra-Ciceri, *op. cit.*, pág. 30

(15). — Palestra-Ciceri, *op. cit.*, p. 30 (Cf., para os tempos atuais, apenas para efeito ilustra d'vo, a douda obra de Hoffmann Henricus *De Archivo Secreto Vaticano qua centrali*, Roma, Officium Libri Catholici-Catholic Book Agency, 1962, pág. 36).

mentos de maior valor. Há ainda o original do registro de Gregório VII (1073-1085), completo — em cuja fôlha 80 — verso ficou para sempre redigido o célebre *Dictatus Papae*. E alguns fragmentos de antigos escritos, como do já aduzido *Liber diurnus* (os pedaços que lá se encontram são de exemplar do século VIII).

De cópias antigas, êsse período conserva mais do que os originais. Assim, fragmentos dos *regesta* (anotações resumidas sôbre os feitos principais) dos papas Leão IV (847-55), João VIII (872-82) e Estevão VI, (896-97). Cópia de 314 cartas do papa João VIII. Trecho dos *regesta* do anti-papa Anacleto II (1130-38) e cópia de 70 cartas de Alexandre III (1159-81).

Cumpra aqui fazer uma observação. Dos documentos desaparecidos do arquivo romano existem, as mais das vêzes, cópias em outros arquivos do mundo eclesiástico — patirarcados, dioceses, mosteiros dispersos sôbre a face da terra. O que estamos estudando, no momento refere-se apenas ao histórico do depósito vaticano (16).

É, pois, com Inocêncio III (de Segni ou Conti), eleito papa em 1198 que tem princípio a atual e ininterrupta série de documentos conservada sob o nome de Arquivo Vaticano. Desde êsse pontificado, tão representativo para a História Medieval, há oitocentos anos atrás, até hoje, a administração eclesiástico-civil do papado coadunou vários quilômetros superpostos de documentos. Estendem-se em perfeita ordem, dentro do Estado Vaticano. A história de todos os continentes, máxime Europa e América, possui alí mananciais de fontes. A apreciação monetária disso tudo está fora de cálculos.

Durante essa segunda etapa de sua existência, o arquivo pontifício sofreu danos, certamente grandes para a cultura, mas que não o afetaram em demasia. Estamos aludindo a determinado modo de govêrno de alguns papas e a dois fatos sumamente lamentáveis. Conquanto êsses dois fatos, bem que máximos, não tenham sido os únicos.

Certos pontífices, de feito, por diferentes motivos viajaram muito. Parte do arquivo caminhava com êles. Assim, em 1245 vemos papa (Inocêncio IV) e parcela de seu acervo documentário em Lião na França. Logo após, em Viterbo. Depois em Anagni. E em Perúgia. Finalmente, em Avinhão por um longo período. Dessa cidade do sul da França caminha de novo para Roma.

Compreende-se logo que um arquivo itinerante, viajando com as condições que tais épocas podiam oferecer, não conseguiria ficar indene de prejuízos.

Mas, entre outros, os dois acontecimentos que mais atingiram o grande depósito foram o saque de Roma, por tropas de Carlos V,

(16). — Cf. Hergenröther-Krisch, *op. cit.*, vol. II, pág. 145.

e a subtração de todo o arquivo e sua ida para a França, por ordem e prepotência de Napoleão.

Em 1527, a 6 de maio, a tropas de Carlos V, sob comando do condestável de Bourbon e de Jorge de Frundsberg, tomaram Roma e lá perpetraram os maiores desatinos. Também o arquivo foi parcialmente atingido. Os meses de ocupação e o procedimento das tropas foram penosamente recordados pelos romanos durante séculos.

As atitudes de Bonaparte, por sua vez, contra o pontificado romano, então representado por Pio VII, foram simplesmente as de um déspota. Preso na França, o papa recobrou a liberdade com a primeira queda do seu carcereiro. O arquivo retornou a Roma em 1815, desfalcado e maltratado.

Feitas estas observações sôbre os danos principais que o *tabularium* vaticano sofreu na segunda parte de sua história, isto é, a partir dos tempos de Inocêncio III, 1198, cabe-nos ainda alguns acenos à evolução do seu rico complexo arquivístico.

Foi em 1598 que Clemente VIII, Aldobrandini, deu início ao arquivo do Castelo Sant'Angelo, de Roma; na sala redonda, no topo da torre, mandou fôsse guardados os documentos mais antigos (17). Esse conjunto foi posteriormente transferido para o Vaticano mesmo, onde ficou o que interessava à Santa Sé.

O Arquivo Secreto Vaticano, porém, no sentido próprio e formal, e com esse título, é obra de Paulo V, papa de 1605 a 1621. E' verdade que já Sixto V (1585-1590) tivera a idéia bem definida de coligir todos os documentos arquivados em um grande conjunto central. Mas, enquanto central precisamente é Paulo V seu fundador.

Henrique Hoffmann, doutor em direito civil, em direito eclesiástico, em filosofia e em teologia, escreveu interessante opúsculo sôbre o Arquivo Vaticano enquanto central (18). Dois elementos constituem, para êle, a essência dessa centralidade: existir uma autoridade jurisdicional arquivística central e a reunião dos diferentes arquivos das várias repartições ou departamentos daquele govêrno. Foi o que Paulo V fêz, colocando quase todos os conjuntos documentários dos diversos ministérios pontifícios num só repositório. Quase, porque até hoje em dia há três *dicastérios* (ministérios) da Santa Sé que conservam seus arquivos em separado.

O grande complexo criado por Paulo V continuava sempre, porém, reservado ao govêrno pontifício. O nome "secreto", usado etimologicamente por influência do latim, significa isso mesmo: o arquivo pertencente à intimidade do papa, o arquivo de uso do papa da "casa" ou "família" pontifícia. Não queria dizer, de maneira al-

(17). — Batelli (G.B.), *Archivio Vaticano*, in "Enciclopedia Cattolica", Vaticano, XII, 1132.

(18). — Hoffmann (Henricus L.), *op. cit.*, (*De Archivo Secreto Vaticano qua centrali*).

guma, que todos os documentos lá colocados fôsem confidenciais. Arquivo Secreto Vaticano exprime simplesmente o uso pessoal que os papas fazem dêle. Assim como se diz ainda hoje na terminologia da Santa Sé, camareiros secretos e outros cargos com igual adjetivo, o qual indica sòmente a proximidade, intimidade e serviço pessoal do papa.

Mas, a centralização dos depósitos documentários não os abri-
ra ao uso da cultura em geral. Tratava-se apenas de melhor servir à destinação dêsse arquivo: o uso dêle pelo govêrno pontifício.

Foi em 1881 que o sábio papa Leão XIII, num gesto de amor à cultura e de generosidade, ofereceu ao mundo o livre acesso e consulta a êsse tesouro de fontes que mais de 250 antecessores seus foram reunindo com esforços e sacrifícios de tôda a ordem e exigências.

O arquivo estava em ordem, pois devia manter-se sempre pronto à consulta dos órgãos de govêrno de Santa Sé. Mas, sua organização necessitava de adaptações modernas. Também isso foi realizado e estudiosos de várias nações acorreram ao Vaticano, sendo recebidos com aquela gentileza e competência que caracteriza os funcionários dêsse acervo. Os "prefeitos" (título oficial) do Arquivo Vaticano, uma longa série de eruditos eminentes, notabilizaram-se no mundo pesquisador, desde a abertura do grande depósito, pela acolhida que dispensam e interêsse com que cercam aos que vão bater à sua porta. Ao tempo de Leão XIII, detinha o cargo Wenzel, sucessor de Marini, Theiner, Denifle . . . Quando passamos três anos em pesquisa alí, 1951, 1952, 1953 e inícios de 1954, era Monsenhor Mercatti. Já idoso — faleceu, depois, com 85 anos — entrara para o Arquivo Vaticano em 1911 e, ascendendo dos postos inferiores, recebera a chefia em 1925, quando se retirara Ugolini. Mercatti publicou um sem número de obras nessas décadas que viveu no arquivo. Mas, tinha tempo para cada consulente, mesmo bisonho. Tomava interêsse por cada pesquisa, era a transparência da bondade, cultura e modéstia. Desde sua morte, é prefeito Monsenhor Giusti, que por longos anos estivera ao lado de Mercatti. Possui larga fôlha de volumes publicados e uma extraordinária capacidade de trabalho, que ignora limites de horários.

A consulta ao arquivo pontifício é aberta a todos os estudiosos do mundo, sem distinções. Requer-se apenas seriedade cultural e, é de supor-se, o preenchimento de pequenas formalidades (19). Sa-

(19). — *Regolamento del l'Archivio Vaticano, VI: Gli Studiosi. Sôbre o Arquivo Vaticano consultar ainda:*

Fink (Karl Auguh), *Das Vatikanische Archiv, Roma, 1943 (2ª ed.)*. Obra "clássica" para o assunto;

Sussidi per la consultazione dell'Archivio Vaticano, 3 vol., 1926-1951. Archivio Ecclesiae, "Bolletino della Associazione Archivistica Vaticano", Città del Vaticano (revista periódica).

tisfeitas estas, recebe o consulente sua cédula de identidade do arquivo, que também lhe possibilitará entrar dentro do Estado Vaticano pelo portão “de Sant’Ana”, na horas em que funciona o documentário. O único limite à consulta reside no término cronológico, que foi estatuído desde Leão XIII. Estabeleceu-se que expirasse um século antes do ano da consulta. Pode-se, pois, pesquisar tudo o que lá está até uma data máxima de cem anos anteriores.

O atual papa, Paulo VI, contudo, no dia 2 de janeiro de 1967 resolveu facultar a consulta a todo o pontificado de Pio IX, isto é, até o ano de 1878, período especialmente delicado para a história da Europa e, em particular, da Itália. Nós mesmo nos aproveitamos dessa licença, longamente desejada e impetrada em vão dos dois anteriores Pontífices, que tinham motivos para essa negativa: no fim do mesmo mês de 1967 já nos inscrevíamos de novo no Arquivo Vaticano, desta vez para curto período de dois meses apenas.

Junto a essa riqueza documentária funciona, com êsse título, uma Escola Vaticana de Paleografia e Diplomática, com renomados professores das diferentes disciplinas e alunos provindos de muitas nações da Europa, inclusive das chamadas orientais, de nações americanas e alguns de outros continentes.

Para finalizar êste resumo do histórico sôbre o Arquivo Vaticano, devemos ainda observar que o papa Pio XI, Ratti, antigo arquivista em Milão, muito fez pelo *tabularium*, como é chamado nas lápides, desde que eleito sumo pontífice. Também sob Pio XII, Pacelli, o arquivo foi enriquecido com a aquisição de conjuntos de documentos das mais variadas procedências, inclusive de grandes famílias italianas —. Os dois últimos papas, João XXIII e Paulo VI cuidaram em tornar mais acessível, dentro do Vaticano, a entrada para o arquivo, abrindo outra passagem condigna — *alter inchoans*, *alter perficiens* reza a placa comemorativa — e multiplicaram disposições para que o atendimento aos estudiosos de várias línguas seja cada vez mais completo.

III

Conteúdo do Arquivo Secreto Vaticano.

Apresentando sua história, já nos cumpriu mencionar alguma coisa contida nessa preciosa coleção de fontes. Dissertar, contudo, sôbre o *mare magnum* de documentos não seria obra para nós, que conhecemos apenas restrito setor do arquivo, a saber aquêle que dizia respeito a nossas pesquisas.

Vamos nos contentar com indicações sumárias.

O Arquivo Vaticano está organizado dentro das técnicas mais modernas, conquanto os edifícios sejam antigos e adaptados, suposto o estupendo arquitetônico em que se encontra. Como atualmente,

no ritmo de vida e de comunicações em que nos movemos, os papéis se multipliquem assustadoramente, em relação à capacidade dos prédios, há idéia de novas construções. A exigüidade do território vaticano, contudo, tem feito sobreestar a medida. No entanto, cada dia entram nos diferentes ministérios da Santa Sé 3.000 ou pouco mais documentos (média), o que representa algo de grande ao fim de um mês e impressionante mole ao concluir de um ano. Cremos decididamente que alguma providência deverá ser tomada, máxime em se sabendo que nenhum papel é destruído, nem envoltórios sequer.

O consulente dispõe de tôda uma sala de boa medida e teto muito alto para manusear centenas de volumes de índices — a sala tôda é só de índices — e encontrar, quasi sempre com o auxílio dedicado e pronto dos funcionários locais, o que procura.

E o que busca é de estrema variedade.

Como acima dissemos, com Incêncio III, 1198, começa a série regular e ininterrupta dos documentos da Santa Sé. Há, por exemplo, entre aquêlo ano, 1198, e o de 1597 — período de 400 anos, pois — 2.042 grossos volumes de registros pontifícios (só até essa época). Há 349 volumes dos papas de Avinhão. Há os 2.467 volumes dos *Registra Lateranensia*, do ano 1389 ao de 1897. E 5.660 volumes da “Secretaria dos Breves”, de 1566 a 1846. As cartas *ad principes*, isto é, aos chefes de Estado ocupam, de 1560 a 1836, 292 volumes. Os volumes das *Suppliche* (pedidos, requerimentos para alguns fins) são 7.365 entre os anos extremos de 1342 e o de 1899. Os denominados breves de Latrão (1490 a 1800) enchem 852 volumes. A “Secretaria das Câmaras” (anos de 1470 a 1796) têm arquivados 222 volumes.

Em outra secção, encontram-se o “fundo” ou depósito da Câmara Apostólica”, com material antes referente a finanças e economia de territórios pontifícios. São centenas de volumes de “Entradas e saídas” (vão de 1279 a 1524), de “Coletorias” (504 volumes só aqui), “Dívidas e pagamentos” e muitos outros, sob vários títulos.

A secção da “Dataria Apostólica” é imensa. O “fundo” da Secretaria de Estado (que, com êsse nome, já tem alguns séculos) é sumamente precioso, pois é um dos depósitos referentes à parte política. Inicia-se no século de nossa descoberta, XVI, e continua vivo até hoje, com diversos departamentos. Foi nêsse depósito incrivelmente amplo que pudemos mergulhar um pouco, vendo apenas o que se referia ao Brasil, um pouco a Portugal, França, Espanha e Áustria. As relações contínuas das nunciaturas ou embaixadas apostólicas em múltiplos pontos do globo podem realmente dar uma visão geral bastante exata das realidades. Desfilam ante nossos olhos governos, forças políticas de uma nação, interêsses conflitantes ou convergentes, situação eclesiástica em geral e nos pormenores. Da comparação de relatos provindos de nações separadas umas das outras podem-se au-

ferir verdades e mentiras, afirmações e desmentidos. As verdadeiras intenções de atos e leis ou de manobras internacionais aparecem indigitadas com clareza. Coleções de jornais e de outros escritos — impressos ou não — são remetidas em anexos comprobatórios. Por vêzes, longos relatórios cifrados, já agora com a respectiva interpretação ao lado, fazem-nos descortinar cenários insuspeitados na História.

Cada um dos “dicastérios” ou ministérios do papado possui seu próprio arquivo, riquíssimo, todos eles englobados dentro do conjunto central.

O chamado “Arquivo Diplomático” (de diplomas) contém a ninharia de 16.712 pergaminhos autênticos. O arquivo do “Castelo de Sant’Angelo” é copioso em documentos de valor. Outros “fundos” são os de famílias, como os arquivos dos Rúspoli, dos Rospigliosi, Della Valle, Del Bufalo, Boncompagni... ou de personagens de primeira plana em determinados momentos da história mundial.

A administração civil dos Estados Pontifícios, que juridicamente instituídos datam de Pepino-o-Breve, mas, de fato, já ao menos praticamente, existentes desde Gregório I (morto em 604) e que se prolongam até 1870, é fecunda no dotar o arquivo de fontes interessantíssimas.

Personalidades, acontecimentos, episódios vividos a seu tempo com intensas emoções, todos os matizes da psicologia humana vão se retratando através de séculos e regiões.

Quanto à nossa terra, devemos dizer para logo que o Arquivo Vaticano não é excessivamente rico. Em comparação com tudo o mais que lá existe, até diríamos o contrário. Em si mesmas, as fontes de que podemos dispor por exemplo em Portugal, nossa mãe-pátria, são muito mais copiosas. O que afirmamos, todavia, é que as fontes brasileiras do Arquivo Vaticano são: 1). — pouco ou nada conhecidas; 2). — são preciosas, pela profundidade de informes que nos prestam, frutos que são de observações muitas vêzes imparciais, não interesseiras, e de comparações que podemos estabelecer sobre o mesmo caso com infomações provindas de fontes também, quanto possível, exatas e verídicas. Depois daqueles anos no Arquivo Vaticano e das novas pesquisas feitas, cremos que alguma coisa de nossa História pátria receberia nova luz, caso as fontes vaticanas fôsem publicadas. O que quer dizer que, não sendo editadas, falta algo à nossa História.

Referimo-nos primeiro ao tempo anterior à Independência. A maioria dos informes sobre o Brasil chegava à Santa Sé mediante Portugal, nunciatura de Lisboa, superiores religiosos por vêzes residentes na metrópole, embaixador luso em Roma — e êsse já é um veio de muito interesse, digno de ser explorado. Mas, também naquele período de nossa infância e adolescência, seguiam para a Santa Sé observações, relatos, planos, pareceres, diretamente, sem o visto

português, através de eclesiásticos, de visitantes ou de pedidos explícitos ou obrigações canônicas provindos do próprio pontificado romano. Chegamos, assim, a ter até estatísticas da população de cidades, estimativas do conceito de que gozavam certas pessoas, descrições de festas cívico-religiosas e outros argumentos. Com a transmigração da família real portuguêsã, as relações Brasil-Roma multiplicam-se. Enfim, com a Independência o contacto é contínuo. As tratativas para o reconhecimento da nova situação, com tôdas suas subtilezas, com o envio do primeiro chefe de missão brasileira à Santa Sé — Monsenhor Vidigal —, as lutas por aquêle objetivo, as consultas que Roma fazia a respeito a diferentes governos da Europa e as respostas dêstes. Reconhecido o Império, o dificultoso estabelecimento da Nunciatura. O primeiro embaixador do papa, Ostini, com seu caráter meio trágico; ou um dos seus sucessores, o internúncio Campodónico, êste de temperamento muito bem humorado e sagaz nas observações e estudos a nosso respeito. As dificuldades do país até a abdicação de Pedro I. As regências. O govêrno de Pedro II. Relações internacionais do Brasil. As lutas armadas na América do Sul.

Notamos ainda que a nunciatura Ostini, a primeira, e as de 1870-1875 são curiosíssimas, por motivo da jurisdição ampliada que seus titulares receberam. Ostini sôbre a América espanhola; os outros, sôbre o território paraguaio, de início ocupado por tropas principalmente brasileiras. Ao tempo de Ostini, pois, lemos documentos originaes provindos de diferentes países hispano-americanos, alguns firmados até por nomes famosos das respectivas histórias nacionais. Ao fim da guerra com o Paraguai, 1870, vamos tendo em mãos relatórios de cidadãos daquele país ou de brasileiros, eclesiásticos, militares ou civis, de sumo interêsse e vivacidade.

Isso que estamos dizendo, só no tocante ao depósito intitulado no Arquivo Vaticano de “Fundos da Secretaria de Estado” e, dentro dêle, só o referente a um país, com pequenas incursões em outras nações.

Creemos que a “brasiliãna” daquele arquivo, conquãnto não tão notável como a jazente em Portugal, é, ainda assim, sobremaneira preciosa.

IV

Sugestões

As obras editadas em diferentes países, em base às fontes vaticanas já são muito numerosas; a partir da decisão de Leão XIII até o presente pesquisadores, prevalentemente de História, mas também de antropologia cultural, sociologia, economia, religião e matérias

afins se têm beneficiado, e brindado ao mundo com a riqueza acumulada no correr de muitos séculos em Roma, na sede do papado. Quem entra no salão de consultas do Arquivo Vaticano fica logo surpreendido em ver tantas pessoas pesquisando. E essa é indefectivelmente a situação da sala.

Formaram-se estavelmente em Roma associações com o fito de estudar e publicar os documentos vaticanos. Há agremiações nacionais de diversos países, estabelecidas lá, com êsse único intuito; outras, tendo entre suas finalidades principais, essa. Assim, a “escola” germânica de Roma, a francesa, a espanhola. São especialistas provectoros, integralmente dedicados a pesquisas que esclareçam e completem a História de suas respectivas nações.

A colossal *Monumenta Germaniae Historica* publica algo do Arquivo Vaticano. Mas é seu material que figura no *Monumenta Vaticana Hungariae*, na *Analecta Vaticano-Belgica*, nos *Acta Pontificum Sveca* (Suécia), no *Bullarium Danicum* (da Dinamarca), nos *Pontificia Hibernica* (da Irlanda), em várias edições do Instituto holandês de Roma e em múltiplas publicações nacionais.

Desde que nos capacitamos disso, ainda em 1951, até hoje sempre continuamos convictos de que a edição de, quanto possível, tôdas as fontes basilicas latentes no Arquivo Secreto Vaticano traria para a História Pátria, como, em menor escala, para a História Universal do século passado ao menos, maior aprofundamento, melhores explicações, nova luz. Com denodo, amor, paciente e constante tabalho seria possível quase como “pescar” o que lá possa haver a nosso respeito. Seria notável coleção de fontes publicadas e, pois, à disposição dos estudiosos que não poderiam, todos, deslocar-se até o Vaticano.

Essa a principal sugestão.

A segunda é apenas correlata. Seríamos importunos se, todos nós, fizéssemos apêlo às autoridades eclesiásticas brasileiras, por que puzessem à disposição dos peritos, ao menos, os documentos de seus arquivos? Algumas cúrias são solícitas no atendimento dêsses pedidos e aqui mesmo, neste Simpósio, possuímos professôra especialista no Arquivo da Cúria de São Paulo. Mas, nem sempre ocorre isso. Não se pode negar que as autoridades eclesiásticas, carecendo de meios pecuniários indispensáveis para preparar uma sala de consultas, funcionários e outros lugares, dificultam, isolam, restringem, empecem as pesquisas. Mas, apelaríamos a elas para que, ao menos, estudassem juntos o problema, para bem da cultura da pátria, pela qual tanto fêz a Igreja.

Possam êstes rápidos acenos à grandiosidade fecunda do Arquivo Secreto Vaticano representar uma contribuição, por mínima que

seja, em ordem a uma futura publicação das *Monumenta Vaticano Brasilica*, quem sabe *Brasiliensia* . . .

* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Lycurgo de Castro Santos Filho* (Universidade Estadual de Campinas).

Diz que sendo o Autor paulista, pergunta se o mesmo lhe pode informar sôbre a existência de jornais do interior paulista (Campinas, Guaratinguetá, etc.) no Arquivo Vaticano. Indaga também como poderia obter com certeza essas informações.

*

Do Prof. *Paulo Pereira de Castro* (FFCL/USP).

Afirma que as observações relativas às intenções inglêsas na Abolição do tráfico não atestam documentalmente essas intenções, e sim a existência de círculos interessados em desmoralizar a ação contra os traficantes.

*

Da Prof^a *Altiva Pilatti Balhana* (FFCL da UFPR).

Sustenta que o aspecto menos humanitário da campanha inglêsa contra a escravidão no século XIX, segundo depoimento de viajantes da época, estaria ligada ao problema do preço do açúcar produzido pelas Antilhas Inglêsas, onde a escravidão já tinha sido abolida, e aquele produzido no Brasil a preços inferiores, em virtude da manutenção do trabalho escravo.

*

Da Prof^a *Maria Amélia Pôrto Migueis* (Museu Imperial. Petrópolis).

Faz a seguinte sugestão: levantamento da documentação relativa ao Brasil existente no Arquivo Secreto Vaticano. Articulando-se, para isso, com a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores e com o IBECC (órgão brasileiro da UNESCO), nos mesmos moldes do trabalho empreendido pelo diplomata João Cabral de Mel-

lo Neto, em relação aos documentos de interesse para o Brasil existentes no Arquivo de Índias de Sevilha.

* *
*

RESPOSTAS DO PROFESSOR Pe. JOSÉ AFONSO DE MORAES
BUENO PASSOS.

Ao Prof. *Paulo Pereira de Castro*.

Referindo-se ao que disse o Prof. Paulo Pereira de Castro sobre a inexata interpretação do Núncio de então no Brasil, sobre a abolição do tráfico negreiro decretada pela Inglaterra, afirma que a fonte que aduziu já estava desempenhando seu papel, pois o Prof. Paulo já a estava interpretando. Como se sabe, essa é a função de quem dispõe das fontes: ver a sua autenticidade, a veracidade do seu conteúdo, sua riqueza documentária, etc. O que sugere é que possamos ter em mãos essas fontes.

*

Ao Prof. *Lycurgo de Castro Santos Filho*.

Afirma nada ter visto sobre jornais de Campinas e Guaratinguetá no Vaticano. Mas respondia afirmativamente quanto aos jornais do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Declara também a todos os presentes que o Arquivo Vaticano microfilma documentos, mas é preciso dizer qual o documento e onde precisamente se encontra.

*

À Prof^a *Altiva Pilatti Balhana*.

Diz que a Professora fez uma utilíssima observação, pois se trata de fontes, questão em que não entra, apenas menciona a fonte para os especialistas de História do Brasil decidirem sobre a sua utilização ou não.

*

À Prof^a *Maria Amélia Migueis*.

Declara que a sugestão apresentada é ótima. Ele próprio já fez um pouco disso nos anos em que viveu em Roma, pois conhece ao menos um pouco do Arquivo Vaticano. O Embaixador Accioly, acolhido pelo Papa Pio II no território do Vaticano quando o Brasil rompeu com a Itália na 2ª Guerra Mundial, também se dedicou a isso. Seria magnífico se alguém pudesse fazer esse levantamento sugerido.